

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini e Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença dos professores, colegas educadores que estão nesta Casa, a quem gostaria de explicar o procedimento em relação à Medida Provisória n. 198.

(Palmas das galerias)

Hoje pela manhã conseguimos derrubar essa medida provisória na comissão de Constituição e Justiça por quatro votos a três, com o voto do

deputado Narcizo Parisotto, o nosso voto, o do deputado Mauro de Nadal e o do deputado Valdir Cobalchini, sendo que o deputado João Amin se absteve e dois deputados votaram contra.

Queremos justificar para que vocês compreendam que a Ordem do Dia é às 14h e não significa que essa medida provisória entrará na pauta hoje, amanhã ou outro dia.

Também queremos registrar a presença das comunidades quilombola e indígena.

Obrigada pela participação.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro da presença dos nossos educadores e educadoras, das comunidades quilombola e indígena, queremos dar as boas-vindas a todos que desejam acompanhar mais de perto a tramitação da medida provisória que envolve matéria referente à educação no estado de Santa Catarina.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de fazer uma correção, pois o deputado João Amin também votou a favor. Portanto, foram cinco votos.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está registrada a correção, deputada.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado João Amin, por até cinco minutos.

(O deputado João Amin desiste.)

Com a desistência do deputado João Amin, o próximo inscrito é o deputado Dr. Vicente Caropreso, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima, sem prejuízo do tempo do deputado Dr. Vicente Caropreso.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a presente sessão vai seguir a ordem regimental, Breves Comunicações, Horário dos Partidos Políticos, Ordem do Dia às 16h e Explicação Pessoal?

Pergunto isso porque preciso ir a uma reunião com a desembargadora Salete Sommariva, às 15h, juntamente com as demais deputadas desta Casa, mas retornaremos para apreciar todos os projetos da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Está certo, deputada Ana Paula Lima. Qualquer mudança necessita de um entendimento entre as lideranças. Como não houve, a sequência regimental está mantida.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que estão acompanhando os trabalhos desta Casa.

(Passa a ler.)

"Comemoramos, no dia de hoje, pela primeira vez, sr. presidente, o Dia Oficial da Infância e da Juventude em Santa Catarina, data criada pela Lei n. 16.497, no dia 5 de dezembro do ano passado, por iniciativa do nosso vice-presidente, deputado Aldo Schneider.

O dia 31 de março passa a ser, a partir de hoje, a data representativa dos nossos esforços para que a administração pública estadual efetivamente promova a proteção social das nossas crianças e jovens, dando o apoio necessário para crescerem e desenvolverem-se a fim de se tornarem cidadãos de bem, produtivos e felizes.

Cabe lembrar aqui também as Leis n.s 16.496 e 16.498, do mesmo dia 5 de dezembro de 2014. A primeira delas é de autoria do nobre deputado Serafim Venzon e instituiu a Semana Estadual de Conscientização a Doações ao FIA - Fundo Para Infância e Adolescência -, disponibilizando subsídios financeiros para essa importante tarefa

de ajudar a construir as gerações do futuro. A segunda, de autoria da deputada Luciane Carminatti, criou o Dia Estadual da Consciência Jovem em Santa Catarina, a ser celebrado anualmente no último domingo do mês de abril.

Agradeço sobremaneira os nobres colegas por esse esforço legislativo e na qualidade de presidente da comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente comprometo-me a dar seguimento aos seus esforços, organizando uma campanha expressiva durante o ano, conclamando o empresariado e as pessoas físicas a destinarem, em dezembro, parte do seu imposto de renda a pagar ao FIA, a fim de que tenhamos condições de realizar muitas ações em prol dos nossos jovens e também de iniciar o trabalho de promover ações que despertem reflexões já no próximo dia 25 de abril, sobre esse primeiro Dia Estadual da Consciência Jovem, no qual, como reza a lei, deve ser priorizada uma ampla discussão a respeito de educação, relacionamento familiar, capacitação e perspectivas futuras dos jovens catarinenses.

A proposição da comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente é desencadear uma campanha para divulgar a importância da destinação dessa parcela do imposto de renda ao FIA, em uma ação articulada com o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Aproveitando a oportunidade e por se tratar de um tema altamente ligado à nossa comissão, estendo o pronunciamento para a Lei n. 16.576, de 12 de janeiro de 2015, de autoria da deputada do PT, Ana Paula Lima, que trata da obrigatoriedade da divulgação diária de fotos de crianças desaparecidas nos noticiários de TVs e jornais sediados em nosso estado.

Essa lei, que sem dúvida é nobre em suas intenções, provoca uma série de reflexões a respeito de sua aplicação, que gostaria de partilhar com este Plenário. Com todo respeito à colega Ana Paula Lima, permito-me afirmar que por maiores que sejam os predicados positivos dessa lei, e não são poucos, a sua aplicação esbarra em grandes dificuldades contornáveis. Para tanto,

estamo-nos articulando com órgãos da imprensa para que se possa garantir a sua eficácia. O texto da lei não contempla detalhes sobre quem vai arcar com os custos dessa exposição, como será feita a fiscalização e em que tipo de punição incorrerá o veículo de imprensa que não seguir a letra da lei.

Claro está que o cumprimento da lei e a sua fiscalização cabem ao Poder Judiciário, mas cabe ao Poder Legislativo evitar que se criem confusões a respeito. Levanto aqui essa discussão para evitar que editemos mais uma daquelas leis que não pegam, como tantas que existem neste país. Para a correta aplicação teríamos que entrar na grade dos canais de televisão, que têm um custo elevadíssimo para cada segundo de veiculação, além do fato de que a concessão de canais e redes de TV é matéria regida por legislação federal própria.

Como disse, para nos situarmos com mais propriedade com relação ao tema e evitar possíveis indenizações futuras que venham a comprometer o Tesouro do estado, solicitei um parecer à nossa Consultoria Legislativa e trarei esse assunto ao Plenário assim que tiver em mãos o parecer.

Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que estão aqui e que estão ouvindo-nos, não sei se podemos comemorar positiva ou negativamente o que foi aprovado na Câmara dos Deputados, dentro da comissão específica que trata da PEC da maioria penal, ou melhor, da redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Trata-se de mudança importante ao art. 228 da Constituição Federal, que diz que menores de 18 anos são inimputáveis.

Ainda há pouco vi em alguns sites que existe uma aprovação de mais de 90% por parte do eleitorado brasileiro, das pessoas que navegam na internet, com relação a essa medida que está sendo aprovada no Congresso Nacional. Ela ainda tem que passar duas vezes pelo Plenário da Câmara, duas vezes pelo do Senado e poderá ser questionada pelo Supremo Tribunal Federal.

Trago alguns dados importantes para a reflexão dos deputados e das deputadas presentes ou não neste momento. Vejamos: 36% das mortes de adolescentes são por homicídio e 4,8% da população

geral enquadraram-se nessa faixa de homicídios. Então, realmente, não sabemos se a população está indo pelo lado certo, se o Congresso Nacional está indo pelo lado certo, o fato é que esta Assembleia Legislativa e, principalmente, a nossa comissão terá muito trabalho e algumas audiências públicas serão necessárias para que possamos fazer um juízo perfeito e tranquilo a respeito de tão polêmica decisão que está nas mãos dos nossos congressistas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero saudar todos os presentes, sr. presidente, os representantes dos professores, das comunidades quilombolas e o vereador de Jardinópolis que visita esta Casa. É uma satisfação tê-lo aqui. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente.

Colegas deputados e deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, também os visitantes aqui presentes com suas respectivas pautas e que buscam o apoio desta Casa. Refiro-me ao magistério, como também às lideranças quilombolas e indígenas, que pedem a rejeição da PEC n. 215 e da Adin n. 3.239, sendo que a referida PEC pretende alterar o art. 231 da Constituição e permitir que o poder de demarcar e homologar terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação saia dos órgãos do estado e passe para o Poder Legislativo, onde, segundo nota das entidades referidas, quem detém o poder são os

deputados que representam os interesses econômicos do agronegócio e das grandes empreiteiras.

Já a Adin n. 3.239 tem por objetivo derrubar a legalidade do Decreto n. 4.887, de 2003, que trata dos procedimentos e reconhecimento de titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, presente no art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Quero dizer a todos os quilombolas e indígenas que têm o nosso compromisso de que na semana que vem todas as entidades que estão na luta referente tanto à PEC n. 215 como à Adin n. 3.239, verão suas reivindicações serem debatidas nesta Casa, uma vez que são temas muito importantes, pois dizem respeito a povos que têm uma história maravilhosa neste estado e neste país.

Também quero dirigir-me a todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação, dizendo-lhes que nós, desde que deu entrada nesta Casa a MP n. 198, que divide a categoria, cria um conjunto de problemas, retira direitos, fomos contrários e apelamos ao Executivo no sentido de que a retirasse de tramitação.

(Palmas das galerias)

Felizmente, hoje pela manhã, a comissão de Constituição e Justiça aprovou a retirada da medida desta Casa. Esperamos manter essa retirada e que o projeto seja rediscutido pelo sindicato e pelos trabalhadores junto ao governo do estado.

(Palmas das galerias)

Então, sr. presidente, pedimos que a matéria seja retirada e não seja votada hoje, a fim de que fique consolidada a posição da comissão de Constituição e Justiça no sentido de uma nova discussão com a categoria, que está em greve.

O que desejam os trabalhadores em educação? Desejam outra política para o piso da carreira, que não se divida a categoria em duas, ACTs e concursados, e que de fato se garanta uma política para o Magistério catarinense, pelo papel que os professores exercem e pelo merecimento que têm.

Se de fato entendermos que o povo merece um estado de qualidade, nós precisamos, com certeza,

ter compromisso com os educadores, com os trabalhadores na educação de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Estamos juntos nessa luta! Estaremos juntos articulando uma política para a devida valorização da categoria.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, lamento muito que o Congresso Nacional queira empurrar goela abaixo um tema tão polêmico como a redução da maioria penal. Por quê? Porque a redução não resolve o problema da violência, da criminalidade, pelo contrário, piora a situação ao jogar adolescentes dentro de presídios infectos.

Estive acompanhando uma audiência pública em Brasília onde se debatia esse tema. Ontem houve bastante polêmica no Congresso Nacional porque o tema é extremamente complexo. É uma visão simplista achar que reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos vai resolver o problema da violência em nosso país. Logo, logo estaremos jogando crianças de 11, 12 anos em presídios.

O que é preciso fazer, sr. presidente, é investir na educação, na recuperação dos adolescentes e na infraestrutura de acolhimento para aqueles que estejam em conflito com a lei. Porque jogar esses jovens que já têm problemas junto com presos perigosos é proporcionar-lhes uma universidade do crime, que é o que são os nossos presídios.

Somos contra essa posição porque ela é simplista e não resolve o problema. Precisamos encarar esse tema com profundidade.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro de Breves Comunicações, com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, não poderia deixar de falar sobre o tema sobre a redução da maioria penal, levantado pelos deputados Dr. Vicente Caropreso e Dirceu Dresch.

Para começo de conversa, não consigo entender quando afirmam que o Congresso Nacional quer enfiar essa matéria goela abaixo da população. O tema está sendo tratado no Congresso Nacional há 22 anos, ou seja, a criança que nasceu à época do início da discussão já está hoje com 22 anos. E aí dizem que querem enfiar goela abaixo. Não! Queremos é resolver essa questão porque está mais do que na hora. Não podemos continuar a esperar que o governo se disponha a criar mecanismos, através da educação, de socialização, de integração do jovem através do esporte e de outras áreas. Não dá para esperar mais. O governo é inoperante e a criminalidade só aumenta com a utilização de jovens na prática de crimes porque eles ficam impunes.

Então, essa é uma discussão que vamos ter que fazer. Quando esse assunto começou a ser discutido, eu estava com 23 anos e hoje estou com 45 anos. Nesse tempo nada foi feito! Só ficaram discutindo e discutindo, e aí quando há qualquer movimentação no Congresso Nacional nessa área, ficam dizendo que estão querendo abortar o processo, impedir a discussão sobre o assunto. Mas, deputado Serafim Venzon, estamos discutindo esse assunto há 22 anos!

Sr. presidente quero falar também que ontem nós, os deputados de Joinville, fomos chamados à Câmara de Vereadores do município em função de um requerimento lá aprovado. Estiveram lá este deputado, o deputado Dalmo Claro e o deputado Darci de Matos - o deputado Patrício Destro não pôde estar presente. Na ocasião recebemos dos vereadores reivindicações no sentido de que defendamos, desta tribuna, algumas questões de interesse daquele município. São elas: o aumento do efetivo de policiais, tanto na área civil como na militar; a duplicação da rua Dona Francisca, na Santos Dumont; e o novo hospital na zona sul da cidade.

Eu pude protocolar nesta Casa algumas emendas que tiveram e terão algum tipo de influência na cidade de Joinville, deputado Leonel Pavan. E eu tomei o cuidado de colocar nas emendas para que

servem e qual a situação atual. Até porque, às vezes, isso não garante que a emenda conseguida pelo deputado vai ser executada, já que muitas vezes depende exclusivamente de processos da prefeitura, como certidões negativas, projeto executivo etc.

Em primeiro lugar, conseguimos R\$ 1 milhão para a compra de equipamentos para o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt. Os equipamentos foram efetivamente adquiridos e já estão operando. Inclusive, quando eles foram entregues, o deputado Dalmo Claro estava na secretaria da Saúde.

Com relação à segurança pública, conseguimos algum tipo de influência nos quase R\$ 640 mil destinados às Polícias Militar e Civil de Joinville, como recursos designados para obras físicas do Centro de Equoterapia que está sendo construído no bairro Petrópolis, que será referência para o Brasil.

Conseguimos também para as entidades assistenciais de Joinville 25 laboratórios de inclusão digital, no valor de R\$ 265 mil. Todos esses laboratórios estão funcionando e atendendo a comunidade local.

Ao Fundam fiz uma indicação e tive algum tipo de influência quanto ao valor de R\$ 2,5 milhões que tínhamos combinado com a prefeitura, através da secretaria municipal de Infraestrutura, e com o governo do estado. Esse dinheiro seria destinado à compra de coberturas para os pontos de ônibus porque o transporte coletivo da cidade de Joinville está um caos, as pessoas além de pagarem caro, ainda têm que esperar os ônibus na chuva ou no sol, inclusive faço o registro da presença do vereador Lioilson Mário Correa, que estava ontem nesta sessão.

Pois bem, este recurso de R\$ 2,5 milhões, o prefeito Udo Döhler não fez a aplicação como deveria ser feita, como havíamos acordado, e destinou o recurso para a repavimentação da Rua Piratuba e da Rua Valdomiro José Borges. E esse dinheiro do Fundam até agora não veio, porque a prefeitura ainda não conseguiu vencer as etapas de certidões, de projetos executivos para

repavimentação, não é sequer pavimentação que precisa de base, sub-base e tudo mais, é para repavimentar, ou seja, passar o asfalto em cima do calçamento. A prefeitura de Joinville foi a primeira a receber a indicação desse valor de R\$ 2,5 milhões do Fundan, há dois anos e até agora não fez.

Além disso, levei em fevereiro de 2013, o prefeito Udo Döhler no Badesc para ver a questão de R\$ 20 milhões do Badesc Juro Zero, que a prefeitura de Joinville iria receber. E a situação é que a prefeitura também atrasou as certidões, as negativas e os projetos executivos. Dos R\$ 20 milhões para pavimentação de ruas só agora no dia 05 de fevereiro de 2015 foi assinado o primeiro convênio, a liberação de R\$ 4 milhões, que foi o que a prefeitura conseguiu fazer o processo como deve ser feito.

Muitas vezes nós, deputados, somos cobrados, como no caso da Univille, que está cobrando agora com relação à construção do centro de inovação e tecnologia. Os outros municípios que receberam esse centro de inovação e tecnologia já estão com processo em andamento e a construção acontecendo. E em Joinville não aconteceu nada!

Por ter essa mania de jornalista, quando temos uma informação vamos saber o que realmente aconteceu, e descobri que o processo em Joinville do centro de construção de ciência e tecnologia está atrasado em relação às outras cidades porque a prefeitura de Joinville ficou de abril do ano passado até dezembro do ano passado com o processo sem mover uma palha em relação às autorizações. E no dia 17 de dezembro de 2014, devolveu o processo para o governo do estado, sendo que sem aquelas licenças ambientais e todas as outras licenças não poderia ser feito qualquer tipo de ação no centro de inovação e tecnologia da Univille.

Quer dizer, o governo do estado começa a pagar a conta, os deputados são cobrados, sendo que o processo está parado por causa da prefeitura, da inoperância da prefeitura!

No colégio Plácido Olímpio de Oliveira, no Bom Retiro, uma escola de quase 50 anos, conseguiram

recursos para fazer uma escola nova. E a prefeitura demorou nove meses, o tempo de gestação de uma criança, para dar autorização para reforma da escola. E aí o governo é cobrado porque a escola foi fechada, porque a escola está caindo, mas não sabem que a prefeitura não deu o alvará de construção e de reforma durante nove meses. Tive que vir a esta tribuna para aproveitar uma ida do governador Raimundo Colombo, que iria se encontrar com o prefeito em Joinville, e pedi ao governador que falasse com o prefeito para dar autorização para começar a reforma da escola Plácido Olímpio Oliveira.

Então, foi uma boa ontem, nós deputados, irmos à Câmara de Vereadores para mostrar que muitas coisas em relação a Joinville estão paralisadas, não por má vontade do governo e nem dos deputados, mas por inoperância daquela gestão que se dizia muito competente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são reservados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PT, os próximos minutos pertencem ao Bloco Frente Renovação - PSDB, PR e PPS.

(Pausa)

Na ausência de deputados do Bloco Frente Renovação, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Nobre presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, sras. deputadas, srs. deputados, temos vários assuntos importantes para debater, principalmente na questão de infraestrutura.

O nosso estado é um dos mais importantes do nosso país, o sétimo estado que mais arrecada para a nação, mas, infelizmente, muitas vezes acaba sendo esquecido, acaba sendo deixado de lado em

relação a algumas obras de grande importância para o seu crescimento social e econômico, como a via expressa portuária de Itajaí.

Entendo que há vários temas, há vários projetos e que cada região de Santa Catarina deve ter alguma coisa importante para debater nesta Casa para beneficiar e ampliar a economia do estado. Mas percebemos que essa obra de Itajaí, infelizmente, vai demorar a acontecer. A continuidade da obra da via expressa portuária de Itajaí foi tema da imprensa neste final de semana, em especial do *Jornal de Santa Catarina*, que colocou textualmente que aquela via é de extrema importância devido à relevância econômica do porto de Itajaí para o estado. Mas ela não é da responsabilidade do governo municipal, é da responsabilidade do governo federal, porque tudo que o município tinha para colocar à disposição já colocou. Infelizmente, o governo federal está virando as costas para uma obra tão importante e de grande significado para a economia e segurança dos cidadãos catarinenses.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - assumiu integralmente o compromisso da execução da obra com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, o tal do PAC. O porto de Itajaí é considerado o maior em desembarque de pescados do Brasil e um dos mais eficientes portos mercantes, sendo o principal porto catarinense de exportação. O que se pode fazer aqui é cobrar eficiência e agilidade do governo federal, já que não há recursos estaduais para essa obra.

A previsão do DNIT era de que as obras da via expressa portuária de Itajaí fossem reiniciadas em março, quando já deveria estar concluído o processo licitatório para todas as etapas. O mês está no fim e até agora nem o edital de licitação foi lançado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa. por abordar o assunto

referente ao porto de Itajaí, um porto dos mais importantes do Brasil em importação e exportação de contêineres. O problema do acesso ao porto é um problema que se arrasta há mais de 15 anos. O acesso dos contêineres através dos caminhões nas vias convencionais está causando problemas à cidade de Itajaí, que tem dado uma contribuição muito grande para o estado, para o país e não merece isso.

Há que ter mão firme, como v.exa. teve na ocasião em que estava sendo implantado, na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, o porto da Portonave. Foi v.exa. quem viabilizou a linha expressa de energia elétrica para que o porto pudesse operar, bem como uma via expressa de acesso. Quer dizer, é com a mesma velocidade que deveríamos conseguir a via expressa na margem direita do rio Itajaí-Açu, justamente para melhorar as operações do porto.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - O DNIT argumenta que houve problemas relacionados à movimentação do solo no trecho já concluído e parte das obras terá que ser refeita. Ora, o DNIT tem técnicos e é um departamento dos mais importantes para movimentar a nossa economia, principalmente na questão rodoviária. Mas, infelizmente, está usando desculpas para não realizar a obra com celeridade. O que acontece é que os técnicos estão fazendo as contas para concluir os reparos, que será feito num regime diferenciado de contratação.

Mas, sr. presidente, independentemente da forma que vão utilizar para contratar, o fato é que sempre existe alguma desculpa para jogar a obra cada vez mais para frente e a nova previsão do DNIT é finalizar os levantamentos técnicos para lançar a licitação no fim do primeiro semestre. Era para março, agora arrumam desculpas e jogam para o fim do primeiro semestre!

Não podemos aceitar que uma cidade importante como Itajaí, uma região importante como a da Amfri, onde existem dois portos que movimentam a nossa economia, fique à mercê dessa lenga-lenga, vendo obras indispensáveis serem empurradas com a barriga. Toda vez que se define o projeto, ficam

empurrando a obra para frente, arrançando falhas técnicas como desculpa. Mas se realmente existem, são falhas técnicas do próprio DNIT e não do poder público de Itajaí!

Gostaríamos que essa novela tivesse fim, que o governo federal olhasse com carinho para Itajaí, pois do jeito como as obras estão sendo encaminhadas em Santa Catarina, certamente a presidente Dilma Rousseff irá arcar com uma rejeição ainda maior do que a que já tem em todo o nosso estado.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, v.exa. que foi deputado federal tem uma grande experiência, sabe que Santa Catarina é um estado que tem que ser olhado de frente em função de tudo que produz para o Brasil, tanto na agricultura, como no setor têxtil, calçadista, cerâmico e metal mecânico. Mas o que estamos vendo são reclamações das entidades afirmando que o governo federal está olhando a crise e esquecendo os compromissos com o nosso estado.

Srs. deputados, eu disse ao governador Raimundo Colombo, que apoiou a presidente na reeleição, que se ele não se adiantar, se não falar com ela para garantir os recursos para Santa Catarina, daqui a pouco ela passa o rodo para encurtar a crise e deixa nosso estado com um problema seriíssimo em termos de investimento em infraestrutura.

Todos nós sabemos, e já é público e notório, que em Santa Catarina existem alguns recursos do PAC, mas esses recursos ainda não foram encaminhados, a coisa ficou apenas no blábláblá, na promessa. Nós até acreditamos que esses recursos serão repassados para todas as obras, para todos os investimentos necessários, mas do jeito que está e se ficarmos sentados esperando a boa vontade do governo, certamente teremos sérios prejuízos e poderemos perder aquilo que já comemoramos no passado.

Acho que o governador Raimundo Colombo tem o compromisso de olhar de frente para a saúde, para os problemas sociais, para a infraestrutura. Mas ele precisa ser mais rápido, tem que agilizar os

seus projetos, caso contrário a via portuária e outras obras poderão ser duramente prejudicadas.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Concedo um aparte ao deputado Dr. Vicente Caropreso.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Obrigado pelo aparte nosso sempre senador Leonel Pavan.

Eu tenho visto isso em relação à dificuldade de repasse por parte do governo federal para a duplicação da BR-280. Todos estão preocupadíssimos com o andamento das obras, das indenizações, porque há pessoas cujos terrenos já foram ocupados e que ainda estão esperando a indenização. Realmente a situação parece de fim de festa: acabou o dinheiro. Porque deveriam ter feito o ajuste fiscal há muito tempo, mas como diziam que jamais tomariam medida nesse sentido, adiaram demais e a crise se instalou.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Para finalizar, sr. presidente, acho que a vontade política tem que prevalecer. Quando estava no governo, como governador, encontrei a via portuária de Navegantes com sérios problemas, já que todo o transporte passava por dentro da cidade. Nós agimos com celeridade, olhamos de frente aquele problema e determinamos que todas as despesas com as desapropriações fossem arcadas pelo estado. Em função disso, a obra foi agilizada e hoje a via portuária de Navegantes é uma realidade. Esperamos que o governo federal faça o mesmo com a via portuária de Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSD que desejem ocupar a tribuna, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, volto a esta tribuna, agora no horário do Partido dos Trabalhadores, para falar sobre uma data importante, também relacionada ao tema da educação. Refiro-me aos 60 anos do Fundo Nacional de Alimentação Escolar, que pratica uma política que nesses últimos anos vem avançando e gerando, inclusive, uma polêmica em Santa Catarina, onde houve a terceirização da alimentação escolar.

Há poucos dias tivemos a suspensão do repasse de recursos da União ao nosso estado, porque o governo estadual não cumpriu a lei, transgrediu a legislação do Fundo Nacional da Alimentação Escolar. Em seguida, o estado assumiu o compromisso de rever a questão e através de documento declinou as mudanças que pretende fazer, sendo uma delas a compra de 30% dos produtos da merenda escolar da agricultura familiar.

Ontem à noite tivemos um evento na Universidade Federal de Santa Catarina para discutir com as entidades públicas e as da sociedade organizada o Programa Nacional de Alimentação Escolar, importantíssimo para o Brasil, especialmente porque constatamos que no ano passado, segundo a ONU, nosso país saiu do mapa da miséria. Gostaria de registrar este momento importante, e vamos propor, inclusive, a realização de uma sessão solene para comemorar e debater esse tema.

Ocorre que não queremos apenas comemorar os 60 anos do fundo, mas debater sobre o papel da alimentação escolar e a qualidade dos alimentos. E eu, como presidente da comissão de Direitos Humanos desta Casa, quero discutir a questão da alimentação, uma vez que se trata de um direito básico da população, especialmente das crianças nas escolas. Também a qualidade dos alimentos deve

ser discutida, notadamente a questão dos produtos geneticamente modificados e dos agrotóxicos.

Mas usando esta tribuna em nome da nossa bancada, quero dizer que já propusemos a retirada da MP n. 198, mostrando claramente qual a nossa posição. Porém quero, neste momento, tratar um pouco dos temas nacionais também.

Nesta Casa, durante vários dias, nesse último período, debatemos a questão da economia nacional, a tão apregoada crise econômica. Acho que muita gente torce pelo quanto pior melhor, especialmente o povo da oposição. Mas nós temos visto um Brasil diferente nos últimos anos, temos acompanhado os grandes investimentos em educação. Acusam-nos de muitos erros, mas queremos também olhar para os grandes acertos que tivemos.

Após 12 anos de governo do PT, temos mais jovens nas universidades do que tivemos nos últimos 100 anos neste país. Mais de sete milhões de jovens adentraram às nossas universidades através dos mais diversos programas. As escolas técnicas também cumprem um papel fundamental. Em 1998, Fernando Henrique aprovou uma lei no Congresso Nacional determinando que o Brasil não poderia abrir novas escolas técnicas. Em 2005 nós revertemos essa lei e ampliamos o número de escolas técnicas, dando chance a que grande parte da juventude brasileira estudasse numa escola técnica pública.

Além disso, a Petrobras, tão visada pelos grandes olhos do capital multinacional, especialmente americano, triplicou a produção de petróleo no país, com grandes investimentos em pesquisa no pré-sal. Esses investimentos foram feitos por uma empresa que estava em um processo de privatização, sendo que parte dela foi vendida justamente no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Então, divergimos daqueles que têm posições sombrias sobre a nossa economia. Há uma perspectiva muito positiva de que já no próximo trimestre haja uma recuperação importante. Ao Brasil não basta crescer, o importante é crescer

distribuindo renda, como aconteceu nos últimos 12 anos.

No que se refere à corrupção que está abalando a sociedade brasileira, ressaltamos que agora temos condições de acompanhar o processo de combate a essa praga nacional. E não está sendo julgada só gente pequena, não! Nós estamos vendo que a Operação Lava-Jato está pegando gente graúda, gente que se dizia moralista! Há uma lista grande e muita gente ainda vai entrar nessa lista, porque infelizmente a corrupção é uma coisa muito presente em todos os setores empresariais.

Então, esperamos que a presidenta Dilma consiga manter essa posição firme de apurar os fatos relativos à corrupção do a quem doer! É isso que o povo brasileiro espera; é para isso que todos nós estamos trabalhando, ou seja, na perspectiva de que este país cresça e distribua renda.

Enfim, sr. presidente e srs. deputados e deputadas, precisamos acabar com a corrupção neste país, porque o dinheiro público tem que ir para os programas sociais, para a infraestrutura e para melhorar a vida do povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como não temos mais nenhum partido a se manifestar, encerramos o horário destinado aos Partidos Políticos.

Esta Presidência faz um apelo aos srs. deputados para que as 16h estejam neste plenário, pois temos matérias importantes a serem apreciadas e que exigem quórum qualificado.

Portanto, vamos suspender a presente sessão até às 16h, quando adentraremos à Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0015/2015.

A apreciação das mensagens de veto fica transferida para amanhã, às 16h.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2015, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que aprova as contas do governo do estado de Santa Catarina referentes ao exercício de 2010.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0162/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0163/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0164/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0165/2015, 0166/2015, 0167/2015, 0168/2015 e 0169/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0170/2015, 0171/2015 e 0172/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0173/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0174/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; e 0175/2015 e 0176/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0173/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0174/2015, 0179/2015 e 0190/2015, de autoria do deputado Valdir Colbachini; 0175/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0176/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0177/2015 e 0178/2015, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0181/2015 e 0182/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0183/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0184/2015, 0185/2015 e 0186/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0187/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0188/2015, 0189/2015 e 0190/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0191/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira;

0192/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; e 0193/2015, de autoria do deputado Patrício Destro.

Moção n. 0031/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que a ser enviada ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e demais autoridades, parabenizando-o pela implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0032/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à empresa de alimentos Hemmer, do município de Blumenau, cumprimentando-a por ocasião de seu 100º aniversário de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0069/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos sobre a possibilidade de restauração da rodovia SC-390, que liga os municípios de Orleans e Lauro Muller.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero saudar e registrar a presença de Pedro Silva, que preside o Sindicato dos Agentes de Trânsito de Santa Catarina e que tem visitado constantemente o Parlamento catarinense; também de Osnildo Osmar Silveira, o Silveirinha, que preside a Associação dos Despachantes de Trânsito Santa Catarina; e de Andrea Lens, que é presidente da Associação das Empresas Fabricantes e Lacradoras de Placas Automotivas de Santa Catarina.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica, antes de encerrar a Ordem do Dia, a todos os srs. deputados que a matéria que foi apreciada na CCJ hoje, que votou pela inadmissibilidade da medida provisória, não constará da pauta de hoje e poderá constar da pauta de amanhã, dependendo do encaminhamento que está sendo feito pelo governo.

(Palmas das galerias)

Assim, como ela não foi votada nos últimos 15 dias, muito embora os prazos regimentais estivessem exauridos na comissão, no intuito de se construir um entendimento que atenda a categoria, também ela não está incluída na pauta de hoje e talvez também não será na de amanhã, exatamente no intuito de ajudar a construir um caminho que venha ao encontro da categoria e do governo.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, v.exa. manifestou a intenção de não colocar em apreciação a Medida Provisória n. 0198, na medida em que ela é o ponto de desconforto, de

discussão, de indignação do Magistério catarinense.

Peço a v.exa. que nos ajude a fim de que o governo retire definitivamente essa Medida Provisória desta Cassa, para que ela não entre na pauta de amanhã.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputada Luciane Carminatti, essa é uma das possibilidades, por isso mesmo não será discutida e nem votada no dia de hoje.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Solicito ao deputado Aldo Schneider que presida a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado José Milton Scheffer, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, amanhã participaremos de uma audiência pública na Câmara de Vereadores do município de Itajaí para tratarmos do melhoramento fluvial do rio Itajaí-Mirim. É uma obra muito importante em razão das enchentes que já atingiram aquele município, principalmente o perímetro urbano.

Recebemos essas informações do secretário da Defesa Civil, deputado Milton Hobus, que tem uma preocupação muito grande em diminuir os males causados pelas enchentes no estado de Santa Catarina. Algumas obras já foram realizadas e das nove ações traçadas pela Defesa Civil de Santa Catarina, que também contribui com a prevenção das cheias em Itajaí, já foi implantado o radar meteorológico localizado em Lontras e está sendo realizada a elevação das barragens de Taió e Lontras.

Esse projeto começou em 2009, numa cooperação entre o estado de Santa Catarina e a Agência de Cooperação Internacional do Japão, conhecida por

Jica. Essa parceria resultou no Plano Diretor de Prevenção de Desastres da Bacia do Rio Itajaí, financiado pela Jica e finalizada em setembro de 2011. O plano estabelece ações de curto, médio e longo prazo e metas de segurança para a bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu.

Tivemos hoje uma reunião da bancada com o secretário da Defesa Civil, deputado Milton Hobus, que colocou a preocupação do governo com essa obra tão importante para o nosso estado. É importante, pois, a participação de todos, já que amanhã, na Câmara de Vereadores de Itajaí, nós teremos uma exposição a respeito da questão ambiental, pois o EIA-Rima é exigido por lei para que seja apresentado à população com o resumo das principais características do projeto, dos estudos ambientais realizados, dos impactos ambientais previstos e das características ambientais da região. Durante e após a execução das obras esse relatório será apresentado em audiência pública para ser discutido com toda a população.

A meta é iniciar as obras ainda em julho de 2015. Elas ocorrerão no segmento do KM-12 até o rio Itajaí-Açu e na calha do rio Itajaí-Mirim, no segmento Itaipava, até a desembocadura do rio Itajaí-Mirim, no leito do canal retificado.

Além dessas obras, serão instalados dois conjuntos de comportas de regulação, localizados no leito do rio Itajaí-Mirim. Um dos conjuntos de comportas servirá para evitar os alagamentos ocorridos na área urbana de Itajaí em virtude da influência da maré e da alta vazão no rio Itajaí-Açu e será instalado no Itajaí-Mirim antigo, imediatamente após a bifurcação com o canal retificado. O outro conjunto de comportas foi projetado para evitar o alagamento causado pelas águas que vêm durante o período da cheia em grande volume lá da região de Barracão, Brusque, Botuverá e assim por diante. Esse outro conjunto será instalado no leito natural do rio Itajaí-Mirim, à montante da confluência com o canal retificado.

O canal retificado passará por alargamento e aprofundamento, com instalação de gabião, que é um muro de pedras semelhante ao que foi feito nos

ribeirões da Murta e Schneider. Na foz do Itajaí-Mirim antigo foi projetado um dique em concreto na margem direita, de forma a evitar o alagamento na região que se encontra abaixo da cota dos três metros. Outro dique foi projetado na parte inicial do canal retificado.

Todos os catarinenses acompanharam o que o estado passou, principalmente o que Itajaí passou nas enchentes que atingiram quase todo o perímetro urbano da cidade. Agora, há mais um debate e a aprovação do relatório ambiental. Depois dessa aprovação teremos o início das obras, que estão previstas para o mês de julho de 2015.

Faço esse registro em reconhecimento à grande preocupação com essa questão que têm tanto o secretário Milton Hobus, da Defesa Civil, quanto o governador Raimundo Colombo.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Maurício Eskudlark, tive a oportunidade de participar de uma audiência pública que aconteceu, na semana passada, no município de Botuverá. Lá tive a oportunidade de ver o quanto esses projetos são importantes para o nosso estado e o quanto essas obras são fundamentais para proteger a população das enchentes.

Então, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e farei o possível para estar, amanhã à noite, nessa audiência pública em Itajaí, porque entendo que essa obra é muito importante para a população de Itajaí e para aquela região. Eu tenho certeza de que essas obras no seu conjunto vão proteger o vale do Itajaí e vão ser referência para nossa região.

Por isso, parabenizo v.exa. pelo pronunciamento e parabenizo também o governador Raimundo Colombo pela postura, pela atitude de buscar recursos junto ao governo federal para realizar essas obras, porque muitos só falaram e não as executaram. O governador Raimundo Colombo teve a coragem de buscar os recursos, fazer os

projetos e iniciar a execução das obras através do secretário Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

A verdade é que há muitos anos vimos acompanhando o problema das enchentes e a falta de projetos, de obras para resolver essa questão. E agora vemos, tanto da Defesa Civil, quanto do governador Raimundo Colombo, a determinação para que as obras efetivamente ocorram e que tenhamos uma solução para a questão das enchentes do vale do Itajaí, especialmente no município de Itajaí, que nos últimos anos passou a ser um dos mais atingidos pelas cheias.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Nobre deputado, quero dizer que o radar meteorológico não está funcionando, pois mal foi inaugurado e quebrou. Essa é uma cobrança que tenho feito sistematicamente ao secretário Milton Hobus, que está depositando toda confiança nesse aparelho, que está com uma peça quebrada e até o momento não foi consertado, deixando a população desprotegida.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - É importante sabermos do zelo, da determinação do secretário de Defesa Civil, Milton Hobus, conhecer os avanços que já tivemos, os municípios que estão sendo atendidos com pontes e outras melhorias para diminuir o problema das chuvas. Claro que o secretário deve estar atento a essa questão também do radar meteorológico, pois sabemos da sua preocupação e do governador do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, faço um registro em nome da Presidência desta Casa, cumprimentando o nosso aniversariante do dia, deputado Rodrigo Minotto.

Parabéns, paz e que Deus proteja toda sua carreira política, principalmente brindando-o com muita saúde!

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Leonel Pavan, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na verdade estava preparado para fazer um pronunciamento mais uma vez referente ao nosso país, ao momento que vivemos, mas quero lembrar que a Argentina no dia de hoje entrou em greve geral.

Srs. deputados, aeroportos, ferrovias, portos, rodovias, comércios, empresas, indústrias e serviços públicos estão parados no país inteiro. Os hospitais estão funcionando com apenas de 40% de sua capacidade e até os táxis estão parando. Tudo isso para mostrar ao governo de Cristina Kirchner que o que ela vem fazendo não está sendo aceito pela população.

Quero dizer que se a presidente Dilma não tomar uma medida rápida, a paciência do povo brasileiro se esgotará. E olha que o nosso povo é paciente, mas agora ele está inquieto e poderá usar o exemplo da Argentina, o que será muito ruim para todos nós.

Estou aqui apenas fazendo essa referência do que está acontecendo na Argentina e da forma como o povo brasileiro está-se comportando em relação ao governo federal. Este registro serve para chamar a atenção e mostrar à nação brasileira que nós temos um comportamento diferenciado, que sabemos nos manifestar sem prejudicar, mas que a paciência tem limite.

Também quero dizer, sras. deputadas e srs. deputados, que cada vez que assomo a esta tribuna, peço apertes ou a palavra pela ordem, tento chamar a atenção do governador Raimundo Colombo do perigo que está correndo em relação aos recursos que estão disponíveis para Santa Catarina, através de um ato do governo Dilma Rousseff, seja por meio do BNDES ou de qualquer outro organismo, para obras de infraestrutura e para investimento no turismo.

Refiro-me ao centro de eventos que deverá ser construído em Balneário Camboriú. Se o governador não se adiantar, se ele não antecipar o projeto, se ele não for ágil, daqui a pouco a presidente da

República poderá passar o rodo e recolher todas as emendas, recolher todos os recursos que estão colocados à disposição dos estados e nós poderemos perder os recursos que estão colocados à nossa disposição, em torno de R\$ 55 milhões, que é a parte do governo federal para aquela importante obra.

Quero apenas deixar registrado mais uma vez que estamos correndo sério risco e que se isso ocorrer, esta Casa não poderá ser responsabilizada, porque quase todas as semanas assomamos à tribuna e usamos os microfones desta Casa para alertar e pedir ao governador Raimundo Colombo, que é amigo da presidente Dilma Rousseff, que tome muito cuidado, pois em função da crise nacional ela poderá, repito, passar o rodo e recolher todos os recursos que foram disponibilizados aos estados brasileiros.

Quero também dizer ao nobre presidente que Santa Catarina comemora um índice importante, ou seja, nosso estado bateu o recorde quanto ao número de turistas. Isso não é mérito somente de quem está administrando o estado neste momento. O mérito do crescimento do número de turistas em Santa Catarina já vem de governos anteriores, desde o primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira, que implementou um programa de turismo valorizando o estado, e depois, no seu segundo mandato, quando assumimos o governo, e agora com o governador Raimundo Colombo.

Nós fomos campeões na visita de turistas, na preferência de turismo por sete vezes consecutivas. Não somos mais o campeão, o Rio de Janeiro nos superou, mas estamos comemorando o crescimento do número de turistas. E quero dividir essa comemoração com os governos municipais, com o governo do estado e, principalmente, com a classe empresarial. Isso inclui a hotelaria, o setor de compra, a gastronomia, a arquitetura, o *designer* e a qualidade das obras da construção civil. Inclui também a oferta de turismo em todos os lugares de Santa Catarina, de águas termais, de parques temáticos, de turismo rural, de turismo litorâneo, de turismo cultural, de turismo do meio ambiente e

de turismo religioso. Enfim, todos esses setores são responsáveis pelo crescimento do volume de turistas em nosso estado.

Temos, sr. presidente e nobres companheiros, que continuar fazendo com que Santa Catarina continue crescendo, continue desenvolvendo-se. Para que isso possa acontecer, é preciso que tenhamos cuidado e não nos acomodemos, achando que esses números são suficientes para simplesmente seguirmos em frente. Não! Temos que continuar investindo, temos que continuar projetando, temos que continuar fazendo obras na área da saúde, da educação, d segurança e da infraestrutura, para que Santa Catarina continue desenvolvendo-se cada vez mais nesse importante segmento econômico que é o turismo.

Cada cidade tem um programa, cada cidade tem um evento, uma festa, seja regional, estadual ou nacional. Hoje, por exemplo, em Camboriú, a prefeita Luzia Mathias, os vereadores, os empresários e a comunidade em geral realizarão a festa rural. Por essa razão é que a prefeita esteve conosco divulgando o evento, que projetará aquela cidade para o estado e para o país.

O município de Camboriú faz turismo rural; ao seu lado, a cidade de Balneário Camboriú, faz turismo náutico, aproveitando sua orla marítima, e turismo de eventos. Vejam como o nosso estado é diversificado, vejam a potencialidades de Santa Catarina, que pode praticar um turismo diversificado, um turismo que gera emprego, um turismo que gera renda.

Então, ficam aqui estes nossos dois registros. O primeiro pedindo que o paciente povo brasileiro não siga o exemplo do povo argentino, porque não queremos paralisar o Brasil como estão paralisando a Argentina. Nós queremos que o povo brasileiro chame a atenção da presidente sem prejudicar a economia e o crescimento social e econômico do nosso país.

O segundo alerta é feito ao governador Raimundo Colombo, reforçando o pedido ao deputado Silvio Dreveck, líder do governo nesta Casa: em função da crise a presidente Dilma Rousseff poderá

passar o rodo e recolher os recursos que foram destinados ao nosso estado. Se a presidente fizer isso, inúmeras obras serão comprometidas e uma delas é o centro de eventos de Balneário Camboriú.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO O ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Kennedy Nunes, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Darci de Matos e não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.